



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Legisla-e**

LEI ORDINÁRIA Nº 238, DE 27 DE NOVEMBRO 1968

Autoriza o Poder Executivo doar uma faixa de terra à Caixa Auxiliadora da Guarda Territorial e dá outras providências.

Data de Criação

27/11/1968

Data de Publicação

09/12/1968

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 539, de 09/12/1968

Origem

Não informada

Tipo

Lei Ordinária

Temática

- Administração Pública

Autoria

- Poder Executivo

Altera

- Sem Alterações

Alterada por

- Sem Alterações

Texto da Lei

LEI Nº 238, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1968

Autoriza o Poder Executivo doar uma faixa de terra à Caixa Auxiliadora da Guarda Territorial e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1969, discriminados pelos anexos e sub-anexos integrantes desta Lei, a qual estima a Receita em NCR\$ 46.288.087,72 (quarenta e seis milhões, duzentos e oitenta e oito mil, oitenta e sete cruzeiros novos e setenta e dois centavos) e fixa a Despesa em igual quantia.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimentos de fundos e outras fontes de rendas, na forma do Anexo II e das especificações constantes do Anexo IV de acordo com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	3.715.800,00
Receita Patrimonial	45.160,00
Receita Industrial	10.000,00
Transferências Correntes	30.114.127,72
Receitas Diversas	160.500,00
TOTAL	34.045.587,72
RECEITAS DE CAPITAL	
Página 2 de 5	

Alienação de bens móveis e imóveis	5.000,00
Transferências de Capital	12.237.500,00
T O T A L	12.242.500,00

Art. 3º A despesa será realizada na forma dos Anexos V e sub-anexos 5.1, 5.2 e 5.3, conforme as discriminações seguintes:

1 - PODER LEGISLATIVO	
1.1 - Assembléia Legislativa do Estado	1.314.853,72
1.2 - Auditoria Geral de Contas	98.847,66
2 - PODER EXECUTIVO	
2.1 - Governador	51.818,65
2.2 - Secretaria sem Pasta	22.200,00
2.3 – Ministério Público	282.940,50
2.4 - Gabinete do Governador	347.569,00
2.5 - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	458.850,00
2.6 – Secretaria de Administração	21.310.692,35
2.7 – Representação do Governo do Acre na Guanabara	85.055,28

1 - PODER LEGISLATIVO	
2.8 - Representação do Governo do Acre em Manaus	182.293,68

2.9 - Representação do Governo do Acre em Belém	101.119,40
2.10 - Secretaria de Finanças	2.401.766,98
2.11 - Secretaria de Agricultura	1.872.064,00
2.12 - Secretaria de Justiça, Interior e Segurança	1.254.938,20
2.13 – Secretaria de Educação e Cultura	3.244.929,96
2.14 - Secretaria de Saúde e Serviço Social	3.922.444,29
2.15 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos	7.774.896,00
2.16 – Vice-Governador	42.020,84
3 - PODER JUDICIÁRIO	
3.1 - Tribunal de Justiça	<u>1.518.787,21</u>
T O T A L	46.288.087,72

Art. 4º Fica o Governador do Estado autorizado:

I - a efetuar operações de crédito por antecipação de Receita até o limite de vinte por cento da Receita estimada; e

II - a abrir créditos suplementares até o montante previsto na rubrica própria, dentro do que dispõe os arts. 7º e 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer um Plano de Contenção de Despesas até vinte por cento das dotações destinadas a despesas de caráter variável, cuja liberação somente se fará no segundo semestre do exercício, tendo em vista o comportamento de arrecadação da Receita.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco, 30 de novembro de 1968, 80º da República, 66º do Tratado de Petrópolis e 7º do Estado do Acre.

JORGE KALUME
Governador do Estado do Acre